

1 **Ata de Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/Campinas, em 30.03.2021.** Aos trinta dias do mês de março de

3 2021, convocada para as nove horas, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em ambiente virtual
4 utilizando a ferramenta Teams, através do link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_M2M1ZDI0OTltOGU0MS0ZmRkLWFkYTMtYzVmYWY0OGI1ZGQw%40thre
5 [ad.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_M2M1ZDI0OTltOGU0MS0ZmRkLWFkYTMtYzVmYWY0OGI1ZGQw%40thre)
6 [97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%22ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_M2M1ZDI0OTltOGU0MS0ZmRkLWFkYTMtYzVmYWY0OGI1ZGQw%40thre)
7

8 **Presentes: A) Conselheiros representantes da Sociedade Civil** – pelas Entidades de
9 Assistência Social – Titulares: Izabel Cristina Santos de Almeida (presidente), Juliana Aparecida
10 Vieira da Silva - Suplentes: Juliana Padilha Dusso de Moraes, Elisandra Maria de Souza Rinaldi e
11 Maria Cristina Biehse; pelos Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social -
12 Titulares: Jéssica dos Santos, Aparecida de Fátima de Lima - Suplentes: Aristides Militão Vilela; **B)**

13 **Conselheiros representantes do Poder Público** – pela Secretaria Municipal de Assistência
14 Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos - Titular: Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi
15 Barbosa (vice-presidente) - Suplente: William Azevedo de Souza; pela Secretaria Municipal de
16 Justiça - Titular: Pâmela Cristina Pereira; pela Secretaria Municipal de Educação - Titular: Dorine
17 Matos Moreira de Albuquerque. **C) Justificativas de ausência:** Josefa Hermínia Rodrigues Guirau,

18 Felipe Amaro dos Santos, Jaciara Cristina da Silva, José Carlos Carioca, José Dilson Rodrigues,
19 Gislaíne de Jesus Ribeiro dos Santos, Raquel Alves dos Santos, Letícia Francyne Lourenço de
20 Mello Arriel, Márcio Cristian Ferreira, Maria Fernanda Buarraj, José Fernandes Ongaratto, Cristiano
21 Oliveira Lourenço, Renata Cristina Belufe Moreno Lippaus, Reinaldo Aparecido Domingos, Sérgio
22 Reis de Oliveira Cerqueira, Adilson Gomes Pereira, Márcia Adriana Cardoso Moreno, Vanilda Nunes
23 Avelar Cunha, Fábio Alves Cremasco e Elias Prates. Realizado o levantamento de presenças,
24 assumiram a titularidade “ad hoc” os conselheiros suplentes Juliana Padilha, Elisandra e, Aristides.

25 As conselheiras Juliana e Pâmela se ausentaram da sala virtual. Estiveram presentes como
26 convidados: Alaide Regio – MVM, Alann - Progen - Jd. Bassoli, Alessandra Saldanha, Alessandro ,
27 Aline Bocallao, André Luiz, Andréa – Progen, Aslan Panicaci - Psicólogo Patrulheiros Campinas,
28 Beth Casotti, Carlos - Progen VB, Cas Copiosa Redenção, Cássia , Celia Cordeiro, Célia Pró Menor,
29 Claudia, Claudia Silva, Clóvis Educador social-Progen Vila Bela, COF Silvia e Mikaela, Daniel Boro

30 Guerra, Débora Santos, delza Lopes, Diego ABC, DO LAGO SILVA ANDRESSA, Drieli Tinti Negro,
31 Elania Alves, Elizabete, ELY, Fábio Danillo, Fernanda Sanches, Fernando - ANA BRASIL - DIC IV,
32 Gabriela Brito (ABBA), Geisa Gabriela Oliveira, Grazielle - Direito de Ser, Igor Progen, Ivanilde Das
33 Gracas Martins, Ivanilde Martins – ADRA, Izabela Caroline Lobianco, Jirlane Almeida, Joana –
34 CAIS, Josane - Lar da Criança Feliz, Julio – APASCAMP, Karoline Santos - Educadora Progen Vila
35 Bela, Kelly Parro, Lar Alice de Oliveira - Isabel Baldo, Lar São Vicente de Paulo, Iarisse, Lívia,

36 Marcela Franco – CIEE, Marcela Progen Vila Bela, Marcia, Marcia - Grupo Primavera, Michael
37 Jonathas Fonseca Batista, Monique Peppi, Nadia Morettin, Paloma Casarini, Pedro Donizeti Da
38 Silva, Rafaela Almeida – FSDown, Raphael Borges - Educador SESF CCJSL, Raquel Braille,
39 Renata, Renata Direito de Ser, Rodrigo (Progen), Rogeria/instituto paulo freire, Rosana AAQQ,
40 Rosana Amaral, Roseni Assistente Social, Rosi Assistente Social, Rubens - PROGEN VILA BELA,

41 selma coelho, Sirlene, Tatiana Smaile, Valdirene, Yanê Batista - PROGEN VB. A presidente Izabel
42 Cristina Santos de Almeida deu boas-vindas e convidou a todos que reflitam em tudo o que tem
43 ocorrido no país em decorrência da Covid-19 e em especial, para a política da assistência social
44 que é considerada trabalho essencial, pensar na vacina na proteção dos trabalhadores. Izabel falou
45 que o Conselho está atento a esta questão, defendendo que a vacina é um direito de todos e,

46 considerando a situação que se encontra o país sem vacina para todos, que ao menos seja
47 priorizado os serviços essenciais, que atuam na linha de frente. Izabel falou da importância em
48 analisar os dados de contaminação nos trabalhadores da rede SUAS de Campinas e quantos
49 vieram a óbito para estabelecer ações. **Deliberação da Ata** – Foi colocado em votação a ata
50 referente a Reunião Ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, que lida anteriormente pelos

51 conselheiros foi **APROVADA** com seis votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contrário.
52 **Política e Legislação** - A conselheira Juliana Vieira informou que o relato foi encaminhado aos
53 conselheiros, que a comissão se reuniu no dia nove de março e teve como pautas a demanda
54 recebida do AbalôNorô, a nota técnica nº 01/2021 da SMASDH, informes a respeito do CRAS no
55 Jardim Bassoli. Juliana relatou que houve comentários sobre a importância da vacina aos
56 trabalhadores do SUAS e tiveram como encaminhamentos, convidar a gestão para participar de
57 reunião desta comissão para as considerações trazidas pela rede SUAS sobre a nota técnica nº

58 001/2021, para esclarecimentos quanto aos níveis de proteção, conforme organização do SUAS,
59 sobre o alinhamento entre a Vigilância Socioassistencial e o Departamento de Operações de
60 Assistência Social e a melhora na comunicação entre as Organizações da Sociedade Civil e
61 SMASDH. Juliana relatou que foi pensado em convidar o CRESS – Conselho Regional de Serviço
62 Social e o CRP - Conselho Regional de Psicologia para posicionamento junto ao CMAS,
63 encaminhamento de ofício à SMASDH em relação ao Decreto Federal nº 10.282/2020, que
64 caracteriza a Assistência Social como serviço essencial ao gestor público e o questionamento sobre
65 a vacinação aos trabalhadores do SUAS. Juliana relatou que os presentes foram convidados a
66 participarem da reunião da Comissão de Interface e Articulação naquele dia, para encaminhamento
67 das demandas apresentadas sobre a falta de alimentos no território, a descontinuidade do auxílio
68 emergencial, o valor do cartão nutrir. Juliana explicou que não foi realizada a reunião extraordinária
69 desta comissão agendada para o dia dezessete. Juliana fez a leitura das resoluções do cmas
70 publicizadas no mês de março encaminhadas por esta comissão para a criação de grupos de
71 trabalho e colocado aos presentes quem se indicaria para composição desses grupos. Cida sugeriu
72 que fosse encaminhado e-mail aos conselheiros informando dia e horário dos encontros. Izabel
73 esclareceu que os critérios são os mesmos do monitoramento da rede privado do SUAS com as
74 mesmas preocupações, que tem orientações técnicas para realizar o acompanhamento utilizando
75 a política da assistência social, utilizando todas as referências construídas neste processo histórico
76 de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e é competência do Conselho
77 Municipal de Assistência Social fazer o monitoramento da rede pública e privada, com a finalidade
78 de potencializar os serviços, principalmente neste momento de pandemia com a porta de entrada
79 de CRAS e CREAS, que não tiveram investimentos no quadro de RH para potencializar suas ações,
80 custando caro ao município. Izabel falou que sempre foi cobrado da sociedade civil uma estrutura
81 mínima de atendimento e precisa haver este monitoramento também no serviço público, que foi
82 realizado um levantamento pelo Conselho e apresentado aos candidatos a prefeito onde a
83 população deste município em vulnerabilidade social representa duzentos e setenta e oito mil
84 pessoas e o atendimento nos serviços, não chega a vinte mil pessoas. Izabel falou que a sociedade
85 civil vem fazendo sua parte e como fortalecer o poder público para que some execute sua parte,
86 onde o servidor público da assistência social se empenha para que isso dê certo, atuando no limite
87 de seus recursos, mostrada claramente neste momento de pandemia. Izabel esclareceu que este
88 desejo não pertence a quem está no Conselho neste momento, mas é o quadro demonstrado nas
89 Conferências desde a implantação do SUAS no município de Campinas. Izabel ressaltou que
90 gostaria de deixar os trabalhadores da rede pública muito tranquilos, porque a intenção não é
91 questionar, mas monitorar e fiscalizar para ampliar e potencializar esses espaços importantes no
92 SUAS, e que a partir disso possa ser construído um projeto para este município. Para compor o
93 Grupo de Trabalho das Proteções que irá monitorar e fiscalizar o SUAS nos níveis de proteção,
94 foram indicadas as conselheiras Izabel, Elisandra, Jéssica. Juliana Vieira informou que a
95 composição do Grupo de Trabalho do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
96 de 06 a 14 anos e 11 meses e CCII – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional poderá ser
97 de conselheiros e representantes da sociedade civil, principalmente aos que executam a proteção
98 social básica, convidando os Conselhos Tutelares e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança
99 e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Os
100 conselheiros que se manifestaram para compor este GT de reordenamento do SCFV foram: Izabel
101 e Jéssica. Izabel falou que infelizmente o SUAS ficou dividido por segmentos, sendo importante
102 entender a importância deste sistema como um todo, independente do nível de proteção. Izabel
103 falou da importância da discussão deste grupo, pois a proteção social básica não teve o mesmo
104 acolhimento das proteções de média e alta complexidades e continuam abertos e atendendo em
105 situações emergenciais. Maria Aparecida falou que, em parte concordou com o posicionamento
106 precisando avançar enquanto gestão, o sistema possui gestão da vigilância socioassistencial com
107 relação aos serviços, que fizeram reuniões abertas de dois dias mas que não havia uma pessoa de
108 referência do DOAS para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e nesta atual
109 gestão, a servidora Giovanna, que era apoio técnico da proteção básica assumirá, a partir de
110 fevereiro, este trabalho tão esperado não somente pelo gestor neste novo formato que o DOAS vem
111 assumindo e avançando com estratégias de ampliação de RH. Juliana relatou sobre a composição
112 do GT que construirá o orçamento político da assistência social e discutirá a LDO – Lei de Diretrizes
113 Orçamentárias. Izabel falou que existe um grupo formado da sociedade civil que será convidado a
114 continuar as discussões neste grupo e Juliana Vieira falou que será convidado a comissão de

115 finanças e Orçamento. Izabel falou que a Vigilância Socioassistencial sempre esteve próxima aos
116 serviços por ser responsável pela CSAC – Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle, mas
117 não é tão próxima da Proteção Básica em comparação ao relacionamento com o SESF, e ressaltou
118 a importância da proposta trazida pela Maria Aparecida, que haverá uma equipe específica para
119 cuidar deste serviço no fortalecimento do SUAS. Maria Aparecida esclareceu que são dois
120 departamentos diferentes, que a vigilância cuida do monitoramento e o DOAS faz a aproximação.

121 **Comissão de Inscrição e Normas** - Elisandra relatou que a comissão se reuniu no dia dois de
122 março, foi analisado o requerimento de inscrição do Instituto Beneficente de Campinas às Crianças
123 Carentes e a comissão emitiu parecer pelo INDEFERIMENTO e, em regime votação foi
124 **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. Elisandra relatou que o
125 requerimento de inscrição da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campinas e
126 Região – AAPICAMP foi analisado e considerado imprescindível visita técnica à instituição e, diante
127 da regressão de fase em Campinas acerca da pandemia Covid-19, foi cancelada a visita e a
128 comissão sugeriu a prorrogação de prazo para emissão de parecer de cento e cinquenta dias e, em
129 regime votação foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário.
130 Elisandra relatou que foi publicizada *Ad Referendum* a Resolução CMAS nº 008/2021 prorrogando
131 a análise e emissão de parecer dos documentos referentes a Renovação de Inscrição até trinta de
132 abril de 2021, considerando a Resolução CMAS nº 065/2021 e, em regime votação foi **APROVADO**
133 com sete votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. Elisandra relatou que foi analisado
134 o requerimento de inscrição do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira e a comissão emitiu parecer
135 pelo INDEFERIMENTO e, em regime votação foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma
136 abstenção ou voto contrário. Elisandra relatou que foi realizada reunião virtual com representantes
137 da Fundação Síndrome de Down para esclarecimentos sobre o CANCELAMENTO do Projeto
138 Território de Todos, considerando que apresentaram a documentação fora do prazo e, em regime
139 votação foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. Elisandra
140 relatou que a comissão se reuniu no dia dez e teve como pauta reunião com a OSC Centro de
141 Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI referente a diligência recebida do Ministério da
142 Cidadania de regulamentação do Serviço Especializado de Proteção Social a Família – SESF com
143 risco da perda do CEBAS por não serem caracterizados serviço de assistência social. Elisandra
144 esclareceu que o CRAMI encaminhou ofício solicitando manifestação deste CMAS. Foi realizada a
145 leitura do Ofício CMAS nº 021/2021 *Ad Referendum* e, em regime votação foi **APROVADO** com oito
146 votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. Izabel explicou que foi emitido outro ofício *Ad*
147 *Referendum* com o mesmo conteúdo, que passou a ser uma defesa do CMAS em relação ao
148 Serviço Especializado de Proteção Social a Família – SESF prestado em Campinas, mas ainda
149 considerando a necessidade de diálogo com o gestor, e perguntou aos conselheiros se haveria a
150 necessidade de nova leitura do documento e foi acatado que não necessitaria. Elisandra colocou
151 em regime de votação o Ofício CMAS nº 016/2021 *Ad Referendum* encaminhado à Associação
152 Beneficente Direito de Ser, que foi **APROVADO** com oito votos a favor, nenhuma abstenção ou voto
153 contrário. Elisandra informou que a comissão se reuniu no dia doze e teve como pauta
154 esclarecimentos sobre a estrutura da SMASDH após a perda de uma diretoria, conforme decreto
155 municipal n 21.238/21, que esclareceu não ter havido perda, visto que as atividades foram atribuídas
156 para a Coordenadoria de Acessibilidade Arquitetônica do Departamento de Gestão da Política dos
157 Direitos da Pessoa com Deficiência desta pasta. **Comissão de Elaboração, Execução e**
158 **Monitoramento das Conferências Municipal** – O conselheiro William relatou que a comissão se
159 reuniu no dia dezesseis e contou com a participação de aproximadamente sessenta pessoas de
160 todas as regiões. William relatou que foi pautada a realização ou não da conferência em 2021 e a
161 grande maioria apoiou que ocorresse a conferência, mas a grande questão foi em torno do formato
162 que ocorreria, de forma virtual, primeiramente nos territórios e posteriormente com todos. William
163 relatou que outra proposta levantada foi a criação de uma comissão de averiguação das
164 deliberações das conferências anteriores; chamamento, convite e divulgação por meio de vídeo;
165 organização e formação dos participantes para cada grupo de construção da conferência; criação
166 de comissões com a participação de cada região; evitar convite a pessoas fora município e convidar
167 para a abertura, somente pessoas que conheçam o município, como, por exemplo, usuários; criação
168 de formulário para construção dos grupos de formação e agendada reunião para o dia trinta e um
169 para decidir, número maior de presentes, sobre a realização da Conferência 2021. William falou que
170 terão um tempo maior de organização e sobre a dificuldade de realização da conferência neste
171 período de pandemia Covid-19, para contactar as pessoas que não possuem acesso nem a celular

172 nem a internet. **Comissão de Interface e Articulação** - Juliana Padilha relatou que a comissão se
173 reuniu no dia dezesseis e teve como pauta o fluxo de comunicação e acompanhamento entre as
174 Secretarias e os Conselhos Tutelares no município, em relação as demandas das situações de
175 vulnerabilidade, a partir dos casos apresentados. Juliana Padilha relatou que os Conselhos
176 Tutelares de cada região se apresentaram explicando sua atuação e o que foi procurado
177 compreender, se haveria uma dinâmica uniforme entre os conselhos. Foi proposto uma nova
178 reunião para uma nova apresentação, em decorrência de diversos questionamentos ocorridos em
179 relação a atuação nos horários de plantão, na forma de entrada das denúncias. Juliana Padilha
180 relatou que o presidente do CMDCA também se manifestou solicitando também uma reunião com
181 este conselho. Juliana relatou que a reunião virtual da Comissão de Interface e Articulação com os
182 Conselhos foi agendada para o dia vinte de abril. Izabel falou que estiveram presentes também,
183 representantes da SMASDH, da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde que falaram um
184 pouco dos serviços executados. **Comissão do BPC** - Jéssica relatou que a reunião ocorreu no dia
185 dezoito e contou com a participação de representante da DPU – Defensoria Pública da União, Dra.
186 Shirley Consuelo Moreira Monroy esclarecendo e orientado o que este órgão pode fazer em relação
187 as demandas apresentadas, sobre a dificuldade de acesso dos usuários ao INSS para atendimento,
188 orientações, esclarecimentos para acesso aos benefícios, que tem causado a transferência das
189 demandas previdenciárias para os serviços da assistência social e até para intermediários. Jéssica
190 relatou que a Dra. Shirley se colocou à disposição, repassando as orientações por e-mail para
191 encaminhamento à rede SUAS, com um canal de orientação direta com ela e um canal para o
192 usuário com assistente social. Jéssica falou que a reunião foi sobre orientações e dúvidas. Jéssica
193 falou que ofício encaminhado referente a solicitação de transporte aos usuários para perícia
194 agendada do INSS em outro município foi respondido que não é possível utilizar o transporte
195 acessível para locomoção fora do município de Campinas. **Comissão do Bolsa Família** – A
196 conselheira Jéssica relatou que não houve reunião desta comissão, mas será necessário deliberar
197 ofício para aquisição de dois veículos tipo furgão adaptados para atendimento móvel com recursos
198 de 3% do IGD para ampliação e acesso das famílias às unidades móveis no município e, em regime
199 de votação foi **APROVADO** com sete votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contrário. **Informes**
200 – Izabel informou que para facilitar o processo de renovação de inscrição de 2020 será agendada
201 reunião extraordinária deste Colegiado para o dia dezesseis de abril, para apreciação e deliberação
202 dos pareceres emitidos pela comissão de inscrição e normas de algumas OSC's que foram
203 analisadas. Izabel agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Mônica de Lourenço
204 Rocha, Secretária Executiva do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, lavrei a
205 presente ata que, lida e considerada conforme, segue assinada. Campinas, 30 de março de 2021.